



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO 2022-2026

Aprovação

Conselho de Administração: 12/09/2022

Rod. Admar Gonzaga, 1588 - Itacorubi - Florianópolis - SC
CEP 88034-001 - Fone: (48) 3665-7000 - FAX: (48) 3665-7091
CNPJ nº 83.807.586/0001-28 - Inscrição Estadual nº 250.709.694
www.cidasc.sc.gov.br - E-mail: presi@cidasc.sc.gov.br

GOVERNO DE
**SANTA
CATARINA**
SECRETARIA DE ESTADO DA
AGRICULTURA, DA PESCA E
DO DESENVOLVIMENTO RURAL



1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

1.1 Atuação

A Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – Cidasc, fundada em 1979, é uma empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura, da Pesca e do Desenvolvimento Rural - SAR, com sede e foro em Florianópolis e atuação em todo o estado de Santa Catarina. A atuação da Cidasc se dá na Defesa Agropecuária do estado.

Para Santa Catarina, as atividades agropecuárias são de fundamental importância econômica e social, geradoras de emprego e renda. Além da produção para consumo interno, a exportação dos produtos oriundos do agronegócio catarinense tem grande impacto na balança comercial do estado. De acordo com o Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola (Epagri/Cepa), no ano de 2021 67,3% das exportações do estado foram geradas no agronegócio, representando um faturamento de US\$ 6,9 bilhões (alta de 21,4% em relação a 2020).

Neste contexto, figura a condição da sanidade agropecuária, que permeia os processos de negociação e mercado interno e externo, cada vez mais exigentes dentro da cadeia alimentar, especialmente quanto aos processos de produção, manejo, armazenamento, transporte e embarque de produtos. A segurança dos alimentos está em evidência e os patamares comerciais extrapolam margens de preços e outras variáveis, enfatizando o controle sanitário dentro de padrões internacionais.

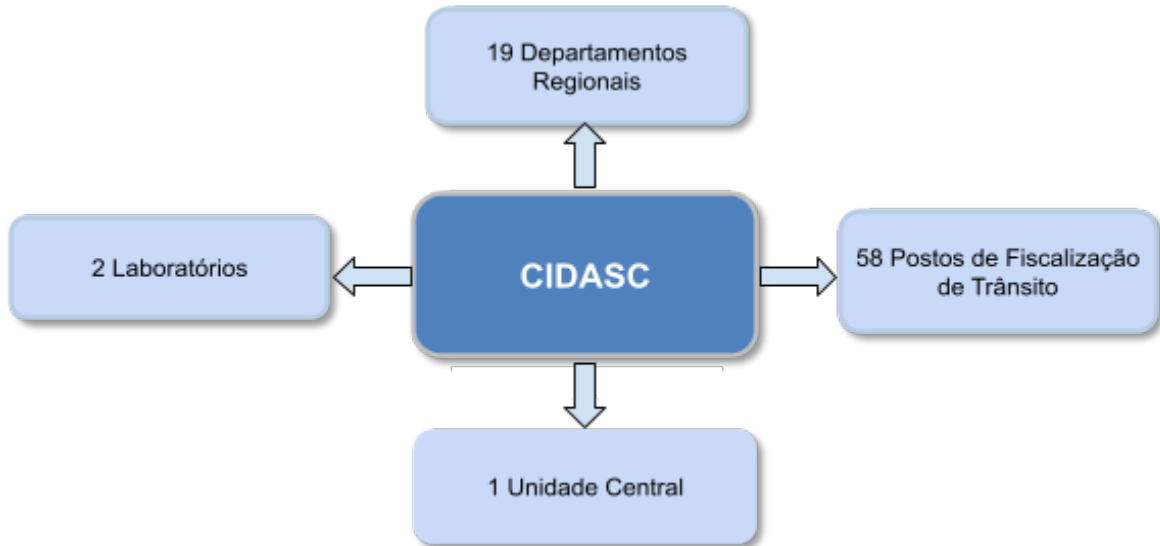
Assim, a manutenção e abertura de mercados estão lastreadas no controle de doenças e pragas afetas à agropecuária em índices aceitáveis pelos organismos controladores nacionais e internacionais. Portanto, devido à importância do agronegócio para o estado, a Cidasc vem desempenhando papel primordial ao executar, por delegação da SAR, ações de monitoramento, controle, inspeção, fiscalização e auditorias nos processos produtivos, na industrialização, trânsito e comercialização de produtos, subprodutos e derivados do segmento agropecuário. O intuito dessas ações é proteger a saúde única (das pessoas, dos animais e do meio ambiente) e o agronegócio catarinense, além de manter um status sanitário em padrões aceitáveis para manutenção e ampliação da comercialização com outros estados e países.

1.2 Estrutura

A estrutura da Cidasc é descentralizada para que seja possível abranger toda a extensão territorial do estado, atendendo os 295 municípios de Santa Catarina (direta ou indiretamente) por meio de Escritórios Locais de Atendimento (EACs) e Unidades Veterinárias Locais (UVLs), além de

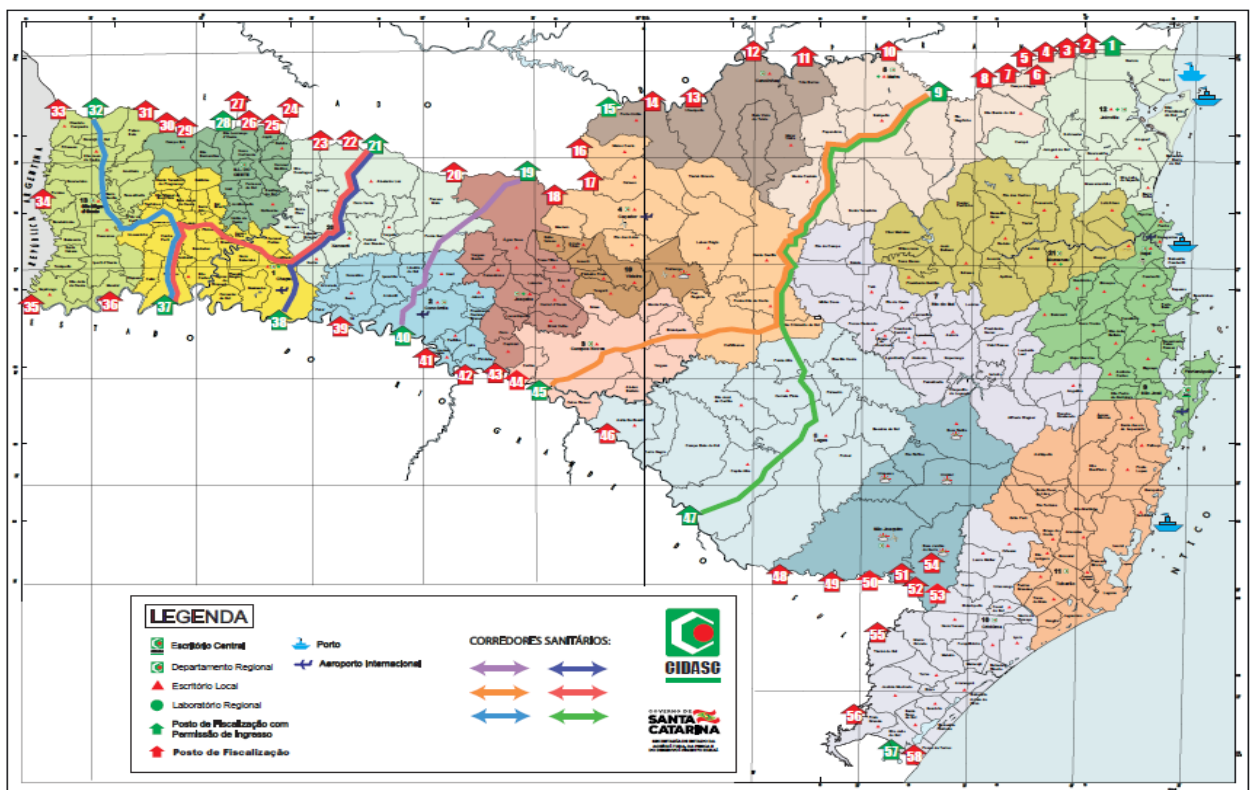


monitorar o trânsito de animais vivos e seus produtos e subprodutos e também o trânsito de vegetais e produtos de origem vegetal:



Distribuição geográfica da estrutura da Cidasc:

POSTOS DE FISCALIZAÇÃO DE SANTA CATARINA





1.3 Matriz de Stakeholders

Pessoa Física ou Jurídica	Expectativas e Interesses
INTERNOS	
Empregados	<ul style="list-style-type: none">Manter o status sanitário adquirido pelo estado de SC
EXTERNOS	
Comunidade	<ul style="list-style-type: none">Inocuidade e Segurança Alimentar
Sociedade	<ul style="list-style-type: none">Inocuidade e Segurança Alimentar;Custo x Benefício das ações de Defesa Agropecuária
Imprensa Formadores de opinião	<ul style="list-style-type: none">Saúde Pública;Abertura de Mercados para produtos da agropecuária catarinense;Custo x Benefício das ações de Defesa Agropecuária
Governos	<ul style="list-style-type: none">Abertura de Mercados para produtos da agropecuária catarinense;Custo x Benefício das ações de Defesa Agropecuária
Clientes/Usuários	<ul style="list-style-type: none">Inocuidade e Segurança Alimentar;Educação Sanitária Agropecuária
Agroindústrias e frigoríficos	<ul style="list-style-type: none">Abertura de Mercados para produtos da agropecuária catarinense;Legalização de estabelecimentos;Certificação da produção;Escoamento da produção;Agregação de valor
Agricultores e pecuaristas	<ul style="list-style-type: none">Sanidade animal e vegetal;Certificação da Produção;Educação Sanitária Agropecuária
Estudantes	<ul style="list-style-type: none">Estágio;Emprego;Educação Sanitária Agropecuária
Instituições de Ensino	<ul style="list-style-type: none">Parcerias técnico-científicas;Educação Sanitária Agropecuária

Principais parceiros:

- MAPA – Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- MPSC - Ministério Público de Santa Catarina;
- ICASA – Instituto Catarinense de Sanidade Agropecuária;
- EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural;
- VISA - Vigilância Sanitária;
- Banco Mundial;
- PMSC - Polícia Militar de Santa Catarina
- PCSC - Polícia Civil de Santa Catarina
- DCSC - Defesa civil de Santa Catarina



- Empresas, Cooperativas e Associações para a realização do Serviço de Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal;
- Laboratórios Credenciados;
- Associações, sindicatos e representações de agroindústrias e de produtores rurais.

2 ESCOPO DE ATUAÇÃO E PROPÓSITO

2.1 Escopo de atuação

Compete à Cidasc, segundo a Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019:

I – executar os serviços de defesa sanitária animal e vegetal e assegurar a manutenção do serviço de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, por meio do registro dos estabelecimentos e de seus produtos e da fiscalização do ato de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal executado por profissionais da medicina veterinária habilitados pela CIDASC;

II – promover, apoiar e executar os mecanismos de armazenagem, abastecimento e comercialização de produtos de origem animal e vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

III – promover e executar a fiscalização da produção vegetal, fiscalização, diversificação, padronização, certificação e classificação de produtos de origem vegetal, seus subprodutos, insumos e resíduos;

IV – prestar serviços laboratoriais para análise de resíduos tóxicos em produtos de origem animal e vegetal, no solo e em rações e realizar demais análises laboratoriais relacionadas com a produção e comercialização de animais e vegetais, seus subprodutos, insumos e resíduos, incluindo análises de controle de qualidade em apoio à fiscalização da produção agropecuária;

V – estabelecer critérios para credenciamento, reconhecimento, extensão para novas demandas tecnológicas e monitoramento de laboratórios para exercício das atividades previstas no inciso IV deste parágrafo, bem como fiscalizar sua execução;

VI – desenvolver as atividades de operador portuário no Terminal Graneleiro de São Francisco do Sul; e

VII – assegurar e garantir tratamento favorecido e simplificado para as agroindústrias familiares de pequeno porte e de economia solidária no sistema de inspeção e vigilância sanitária.

2.2 Propósito



3 ANÁLISE DO AMBIENTE (S.W.O.T.)

Para manter e fortalecer o agronegócio catarinense, auxiliando na geração de competitividade para a cadeia produtiva e qualidade higiênico-sanitária dos alimentos, faz-se necessário uma estrutura de Defesa Agropecuária qualificada, em sintonia com os requisitos mundiais e com suas ações respaldadas pela legislação.

Por ser uma empresa pública economicamente dependente dos recursos do governo, vinculada à uma Secretaria de Estado e com convênios com diversas entidades externas, o nível de autonomia de ação da Cidasc é, em partes, limitada. Além disso, o trabalho executado é preventivo e fiscalizatório, o que dificulta a compreensão completa dos impactos negativos de um possível incidente sanitário. Desta forma, existem incertezas que são avaliadas na análise ambiental do negócio.

3.1 Ambiente Interno

Pontos Fortes (*Strengths*)

- Corpo técnico qualificado;
- Estrutura descentralizada que abrange todo o estado;
- Postos Fixos de Fiscalização em divisas e fronteiras (monitoramento por imagens);
- Atuação da defesa sanitária agropecuária reconhecida nacionalmente e internacionalmente;
- Adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal.



- Vigilância baseada em critérios de maior risco sanitário;
- Capilaridade tecnológica aumentada (APP Conecta)

Pontos Fracos (*Weaknesses*)

- Número de profissionais insuficiente para atender à demanda dos serviços;
- Falta de segurança nos postos de fiscalização devido à localização em regiões ermas;
- Instabilidade econômica (arrecadação não assegurada);
- Falta de consciência sanitária da população - Precarização e deficiência de conhecimento do público alvo (produtores /agroindústrias) com relação aos quesitos legais a serem atingido;
- Estratégia de fiscalização com postos fixos defasada.

3.2 Ambiente Externo

Oportunidades (*Opportunities*)

- Expansão de mercados das agroindústrias catarinenses via selo ARTE e/ou SISBI;
- Abertura de novos mercados, possibilitando o aumento da arrecadação do setor agropecuário;
- Busca de diferencial de status sanitário para Santa Catarina (evidenciando a qualidade dos produtos catarinenses);
- Controle e erradicação de outras doenças e pragas no Estado.

Ameaças (*Threats*)

- Legislação desatualizada não acompanha as mudanças no setor da defesa agropecuária;
- Introdução de reservatórios ou fômites contaminados com doenças ou pragas e perda de status sanitário;
- A falta de compreensão dos produtores rurais e representantes legais das agroindústrias frente a atuação de fiscalização da Cidasc;
- Ingerência política;
- Incerteza e volatilidade em relação ao custeio da empresa pelo Tesouro do Estado;



- Ocorrência de surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs) em decorrência da perda de controle dos processos produtivos pelas agroindústrias registradas na Cidasc.

4 OBJETIVOS E METAS ESTRATÉGICAS

4.1 Objetivos estratégicos

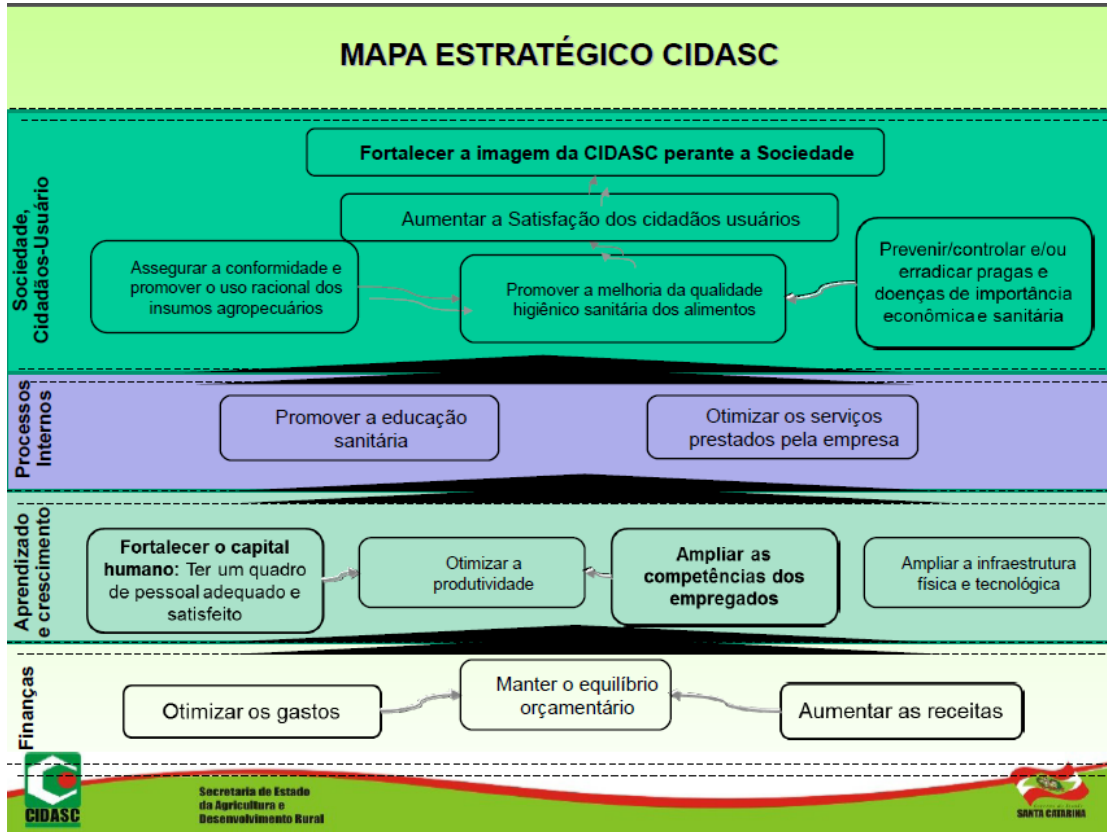
Defesa Agropecuária:

- Fortalecer o esforço de Defesa Agropecuária por meio de ações de educação sanitária, vigilância, fiscalização, inspeção, classificação e apoio laboratorial;
- Evitar o ingresso e controlar as doenças dos animais;
- Evitar o ingresso e controlar as pragas e doenças vegetais;
- Garantir a idoneidade dos insumos agrícolas;
- Garantir a inocuidade dos produtos de origem animal e vegetal;
- Otimizar os processos operacionais de Defesa Agropecuária com base na consolidação de melhores práticas;

Corporativo:

- Estabelecer mecanismos para maximizar a profissionalização da organização e a retenção de seu capital humano;
- Ampliar e modernizar a infraestrutura física e tecnológica;
- Garantir a estabilidade do repasse de recursos (custeio e investimento) do Governo do Estado para a Cidasc.

4.2 Mapa Estratégico



4.3 Valores

- Excelência - Buscamos continuamente a maximização da Eficiência e Eficácia da organização, aprimorando nossa competência e agindo com profissionalismo, visando a melhoria contínua na qualidade da prestação de nossos serviços;
- Legalidade - Cumprimos e fazemos cumprir as leis, normas, procedimentos que regulamentam as diversas relações nos campos: público e privado; jurídico, técnico, trabalhista, comercial, ambiental e outros, que regem o funcionamento da nossa empresa;
- Transparência - A Transparência fundamenta nossas relações, tanto externas como internas. Externamente, com o Governo, clientes e sociedade, na divulgação e clareza quanto às prestações de serviços, ações e contas da Empresa. Internamente, nas decisões e ações de um modo geral;
- Credibilidade - Zelamos pela credibilidade institucional e pessoal, através do exercício da Confiança, Transparência, Competência e Reconhecimento em nossas relações internas e externas.



5 ANÁLISES DE RISCOS

Identificação da criticidade das ameaças elencadas na análise ambiental:

Risco/Ameaça identificada	Probabilidade de ocorrência (A)	Impacto (B)	Criticidade do risco (A x B)
Legislação desatualizada não acompanha as mudanças no setor da defesa agropecuária	5	4	20
Introdução de reservatórios ou fômites contaminados com doenças ou pragas e perda de status sanitário	1	5	5
A falta de compreensão dos produtores rurais frente a atuação de fiscalização da Cidasc	3	4	12
Ingerência política	2	3	6
Incerteza e volatilidade em relação ao custeio da empresa pelo Tesouro do Estado	4	5	20
Ocorrência de surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs) em decorrência da perda de controle dos processos produtivos pelas agroindústrias registradas na Cidasc	1	3	3

Notas:

(A) = PROBABILIDADE DE OCORRÊNCIA

Muito Rara (0-10%) = Peso 1
Rara (10-20%) = Peso 2
Possível (20-45%) = Peso 3
Provável (45-75%) = Peso 4
Muito provável (>75%) = Peso 5

(B) = IMPACTO

Muito pequeno = Peso 1
Pequeno = Peso 2
Médio = Peso 3
Grande = Peso 4
Muito Grande = Peso 5

(A x B) = CRITICIDADE DO RISCO

Varia de 1 a 25, sendo quanto maior, mais crítico e prioritário o risco/ameaça



Priorização dos riscos:

Riscos prioritários	Grau de prioridade e para ação	Grau de Controle (GC)	Plano de Ação (mitigar risco previamente ou contingência caso ocorra)	Monitoramento do risco (indicadores/ relatórios/...)
Legislação desatualizada não acompanha as mudanças no setor da defesa agropecuária	1º	25%	<p><u>Mitigar o risco:</u> Revisão da legislação de defesa agropecuária e entrega de minuta para poder legislativo;</p> <p>Defesa das minutas de legislação apresentadas à Assembléia Legislativa, de modo a não permitir a precarização das legislações e, por consequência, comprometer o trabalho desenvolvido pela Companhia;</p> <p>Revisão da legislação de agrotóxicos e sementes e mudas;</p> <p>Criação de legislação estadual sobre Inspeção Vegetal</p>	<p>Existência ou não de revisão da legislação;</p> <p>Aprovação de nova legislação.</p>
Introdução de reservatórios ou fômites contaminados com doenças ou pragas e perda de status sanitário	2º	70%	<p><u>Mitigar o risco:</u> Fortalecimento da estrutura de educação sanitária e fiscalização de trânsito e ampliar o efetivo humano.</p> <p><u>Contingência:</u> Aplicar planos de contingência elaborados pelas áreas técnicas.</p>	<p>Incidência de doenças e/ou pragas;</p> <p>Manutenção e ampliação de status sanitários e fitossanitários</p>



A falta de compreensão dos produtores rurais e representantes legais das agroindústrias	3º	70%	<u>Mitigar o risco:</u> Ampliar as ações de educação sanitária; Campanhas em mídias sociais de conscientização da população por meio de articulação entre Cidasc/SAR/SECOM <u>Contingência:</u> Análise de resultados de questionários aplicados	% de reincidência de infrações; Aplicação de questionários específicos
Incerteza e volatilidade em relação ao custeio da empresa pelo Tesouro do Estado	4º	25%	<u>Mitigar o risco:</u> Busca de diversificação de receitas para custear a Defesa Agropecuária (convênios, SC Rural, FRBL, FDR, tesouro do Estado, ...) <u>Contingência:</u> Articulação da diretoria executiva para garantir a estabilidade de repasses, com fonte perene de recursos do Governo do Estado para a Cidasc	Acompanhamento da arrecadação e do repasse de recursos por parte do tesouro do Estado; Proposta e acompanhamento de proposta que possa resguardar, de forma perene, o repasse de recursos à Cidasc
Ingerência política	5º	25%	Articulação entre entes que podem ser afetados (agroindústrias, federações, associações representativas do agronegócio)	Verificação do impacto das decisões nas ações da defesa agropecuária
Ocorrência de surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs) em decorrência da perda de controle dos processos produtivos pelas agroindústrias registradas na Cidasc	6º	25%	<u>Mitigar o risco:</u> Fortalecimento da estrutura da Cidasc, com ampliação das ações de fiscalização e auditoria	Controle da Incidência de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTAs); Manutenção e ampliação de controles por meio de análises laboratoriais

Notas: (GC) = % de controle/ poder de ação que a Cidasc tem sobre a alteração da situação em que o risco se faz presente.



6 FORMULAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE LONGO PRAZO PARA O ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Objetivos Estratégicos	Ações/atividades	Prazo	Diretoria Responsável
Fortalecer o esforço de Defesa Agropecuária por meio de ações de educação sanitária, vigilância, fiscalização, inspeção, classificação e apoio laboratorial	<ul style="list-style-type: none">• Otimização e padronização da estrutura adequada para gestão e operacionalização da Defesa nas regionais e nos escritórios municipais;• Fiscalização de propriedades rurais, eventos e trânsito de animais e vegetais;• Vigilância baseada em critérios de risco;• Parceria com instituições de ensino para demonstrar as ações de defesa agropecuária• Atendimento a denúncias e notificações;• Fiscalização de unidades de produção, consolidação, comércio e barreiras;• Monitoramento de pragas;• Coleta de amostras de produtos vegetais e fiscalização do uso e do comércio de insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes e mudas);• Fiscalizações em estabelecimentos, auditorias, ações de combate à clandestinidade e colheita de amostras biológicas, de produtos ou subprodutos de origem animal;• Inspeção de Produtos de Origem Vegetal e Fiscalização da Qualidade Vegetal;• Capacitação de produtores em boas práticas de fabricação de produtos de origem animal e vegetal;• Pesquisar e/ou apoiar pesquisas relacionadas a área de defesa agropecuária.	Ação continuada	Diretoria de Defesa Agropecuária



Evitar o ingresso e controlar as doenças dos animais	<ul style="list-style-type: none">• Fiscalização de propriedades rurais, eventos e trânsito de Animais;• Ações de educação sanitária;• Atendimento a denúncias.	Ação continuada	Diretoria de Defesa Agropecuária
Evitar o ingresso e controlar as pragas e doenças vegetais	<ul style="list-style-type: none">• Fiscalização de propriedades, unidades de produção, consolidação, comércio e do trânsito;• Monitoramento de pragas, certificação fitossanitária e planos de contingência.	Ação continuada	Diretoria de Defesa Agropecuária
Garantir a idoneidade dos insumos agrícolas	<ul style="list-style-type: none">• Coleta de Amostras de Produtos Vegetais;• Fiscalização do uso e do comércio de insumos agrícolas (agrotóxicos, sementes e mudas).	Ação continuada	Diretoria de Defesa Agropecuária
Garantir a inocuidade dos produtos de origem animal e vegetal	<ul style="list-style-type: none">• Fiscalizações em estabelecimentos, fiscalizações, inspeções, auditorias, ações de combate à clandestinidade;• Colheita de amostras biológicas e/ou de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.	Ação continuada	Diretoria de Defesa Agropecuária
Estabelecer mecanismos para maximizar a profissionalização da organização	<ul style="list-style-type: none">• Capacitação do corpo funcional;• Criação de programa estruturado de capacitação continuada.	Ação continuada	Diretoria Administrativa e Financeira
Garantir a estabilidade do repasse de recursos (custeio e investimento) do Governo do Estado para a Cidasc	<ul style="list-style-type: none">• Articulação da diretoria executiva para garantir a estabilidade de repasses do Governo do Estado para a Cidasc;• Busca de diversificação de receitas para custear a Defesa Agropecuária.	Ação continuada	Diretoria Administrativa e Financeira
Ampliar e modernizar a infraestrutura física e tecnológica	<ul style="list-style-type: none">• Manutenção e ampliação das unidades descentralizadas;• Investimento em sistemas e informatização dos procedimentos corporativos.	Ação continuada	Diretoria Planejamento e Inovação



CIDASC

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DA PESCA
COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

Otimizar os processos operacionais de Defesa Agropecuária com base na consolidação de melhores práticas	<ul style="list-style-type: none">• Revisão de Processos;• Práticas de melhoria levantadas no MEGTr.	Ação continuada	Diretoria Planejamento e Inovação e Diretoria de Defesa Agropecuária
---	---	-----------------	---